

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata da reunião anterior

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa para especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 1790/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a revisão em 2018 do rácio de auxiliares de ação educativa da Escola Pública no sentido do seu reforço
- [Projeto de Resolução n.º 1793/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que permita às escolas procederem à rápida substituição de assistentes operacionais em situação de baixa prolongada
- [Projeto de Resolução n.º 1794/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública
- [Projeto de Resolução n.º 1796/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas

3.2. Pedidos de Audiência

3.2.1. SNESUP

Para expor os problemas com o processamento das progressões remuneratórias dos investigadores da Carreira de Investigação Científica, incluindo o não cumprimento do disposto no art.º 18.º da Lei 114/2017 (Lei de Orçamento de Estado 2018).

3.2.2. ABIMOTA - Associação Nacional dos Industriais das Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins

Pretendem que o seguro escolar dê cobertura às deslocações de casa para a escola e regresso, quando realizadas de bicicleta, sendo o pedido de audiência motivo por razões de cidadania em virtude do número de crianças e jovens que fazem já este percurso.

3.2.3. Universidade Aberta

Pretendem dar a conhecer a Associação de Educação à Distância dos Países de Língua Portuguesa, associação criada para o desenvolvimento do pensamento estratégico no domínio da educação à distância na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Pedem audiência com Comissão ou com representantes das forças políticas.

3.2.4. Raquel Santos

Representante dos Pais da turma do 3º-F, da Escola EB1/JI de S. José, Agrupamento Vertical de Escolas Baixa-Chiado. Esta turma tem sido privada da continuidade e estabilidade pedagógica. Por tal motivo, pretendem esclarecimentos e a adoção de medidas corretivas,

uma vez que lhe tem sido negado o acesso à informação por parte da Direção da escola. Os esclarecimentos prendem-se, nomeadamente com a colocação de professores; a avaliação dos professores; e a sua manutenção nos agrupamentos. Pretendem que sejam prestadas respostas a todas as questões colocadas, e estão disponíveis para uma audiência com vista a encontrar as melhores soluções possíveis.

3.3. Convite para participação em reunião interparlamentar subordinada ao tema “European Cultural Heritage”

4. Audiência à ABIC sobre o estado do emprego científico e Orçamento do Estado para 2019

5. Discussão de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 1778/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Respeito pelo tempo efetivo de trabalho dos docentes em horário incompleto
- [Projeto de Resolução n.º 1826/XIII/4.ª \(BE\)](#) - Reconhecimento do tempo de serviço de professores colocados em horários incompletos

6. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

[Projeto de Lei n.º 962/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Extingue a Parque Escolar, E.P.E.

Deputado Relator: Pedro Alves (PSD)

7. Recomendações do Parlamento dos Jovens Edição 2017/2018

- Declarações políticas sobre as recomendações adotadas nas sessões nacionais do ensino básico e do ensino secundário na edição 2017/18, subordinada ao tema “Igualdade de Género”

8. Discussão e aprovação do Relatório de Atividades da 3.ª Sessão legislativa

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião

- 09 de outubro, 10h00 – Audição do MCTES, por requerimentos do PCP e do CDS-PP
- 09 de outubro, 15h00?

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Foi consensualizado incluir na Ordem do Dia a apreciação e votação do requerimento do PCP para se proceder à audição do Ministro da Educação sobre educação especial.

A Ordem do Dia, com essa alteração, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

Foi ainda consensualizado não aceitar a proposta do Ministro da Educação no sentido de a sua audição por requerimento ter lugar no dia 11/10 de manhã e contrapor as datas de 11/10 após o Plenário, dia 12/10 às 14h, dia 16/10 de manhã ou à tarde ou dia 17/10 de manhã.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata n.º 135, da reunião de 25 de setembro, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa para apreciação na especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 1790/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a revisão em 2018 do rácio de auxiliares de ação educativa da Escola Pública no sentido do seu reforço
- [Projeto de Resolução n.º 1793/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que permita às escolas procederem à rápida substituição de assistentes operacionais em situação de baixa prolongada
- [Projeto de Resolução n.º 1794/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública
- [Projeto de Resolução n.º 1796/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas

Após debate, foi consensualizado fixar o calendário seguinte para apreciação na especialidade dos respetivos Projetos de Resolução:

- ✓ Apresentação de propostas de alteração até 16/10/2018
- ✓ Distribuição de mapa comparativo em 18/10/2018
- ✓ Discussão e votação na especialidade em 23/10/2018

3.2. Pedidos de Audiência

3.2.1. Sindicato Nacional do Ensino Superior

Apreciado o pedido de audiência do Sindicato Nacional do Ensino Superior, para expor os problemas com o processamento das progressões remuneratórias dos investigadores da Carreira de Investigação Científica, incluindo o não cumprimento do disposto no art.º 18.º da Lei

114/2017 (Lei de Orçamento de Estado 2018), foi consensualizado realizá-la na reunião da Comissão na semana de 16 de outubro, em data a articular com o agendamento da audição do Ministro da Educação.

3.2.2. ABIMOTA - Associação Nacional dos Industriais das Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins

Apreciado o pedido de audiência da ABIMOTA - Associação Nacional dos Industriais das Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins, que pretende que o seguro escolar dê cobertura às deslocações de casa para a escola e regresso, quando realizadas de bicicleta, foi consensualizado que a mesma seja presidida por um Deputado-piloto, a indicar pelo PSD.

3.2.3. Universidade Aberta

Apreciado o pedido de audiência da Universidade Aberta, que pretende dar a conhecer a Associação de Educação à Distância dos Países de Língua Portuguesa, associação criada para o desenvolvimento do pensamento estratégico no domínio da educação à distância na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi consensualizado que a mesma seja presidida por um Deputado-piloto, tendo sido indicado para o efeito o Deputado Porfírio Silva (PS).

3.2.4. Raquel Santos

Apreciado o pedido de audiência de Raquel Santos, representante dos pais duma turma da Escola EB1/JI de S. José, Agrupamento Vertical de Escolas Baixa-Chiado, para expor a falta continuidade e estabilidade pedagógica da mesma, foi consensualizado que a mesma seja presidida por um Deputado-piloto, tendo sido indicado para o efeito a Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD).

3.3. Convite para participação em reunião interparlamentar subordinada ao tema “European Cultural Heritage”

Adiado.

4. Audiência à Associação dos Bolseiros de Investigação Científica sobre o estado do emprego científico e Orçamento do Estado para 2019

O Senhor Presidente deu as boas vindas à delegação da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), melhor identificada na [página da audiência](#) e indicou a grelha de tempos disponíveis para a mesma.

Os representantes da ABIC referiram o seguinte, em síntese:

1. O valor das bolsas não tem atualização desde 2002, só tendo havido uma atualização das bolsas dos doutorandos;

2. Pedem o fim das bolsas, tendo, no entanto, realçado que há trabalhadores do sistema científico não doutorados que continuarão com bolsas;
3. As bolsas dos licenciados são 700€/mês x 12 meses, pelo que os mesmos têm vindo a ter uma perda remuneratória, não tendo também segurança social;
4. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) não dá apoio para a participação em conferências, atividade importante para a troca de conhecimentos, experiências e contacto com outros investigadores;
5. O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior não manifestou abertura para atualizar as bolsas que não sejam de doutoramento;
6. Pedem à Assembleia da República que seja aprovado um aumento de todas as bolsas;
7. O diploma do emprego científico não cobre o vínculo para todos os bolseiros;
8. As Comissões do PREVPAP, Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, deram parecer favorável em relação a vários investigadores, mas as instituições dizem que não têm verbas para abrirem concurso;
9. Por outro lado, as Comissões não têm reunido desde junho, pelo que há processos de investigadores cuja apreciação está pendente;
10. Estão por abrir os concursos de bolseiros que não são financiados pela FCT, argumentando as instituições que não têm dinheiro para os abrir.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu que o emprego científico é uma bandeira do Governo que não tem concretização, tendo dado exemplos de não regularização da situação dos bolseiros em várias instituições. Defendeu depois que devia haver uma atualização das bolsas, particularmente as de valor mais baixo e indicou que o PSD tem feito pressão para que os contratos de legislatura sejam cumpridos e se verificam inúmeros casos de incumprimento.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) indicou que os pontos relacionados com o Orçamento do Estado serão analisados nesse âmbito, concretizou melhorias já alcançadas, salientou que não aceitam o incumprimento da lei (a nível do diploma do emprego científico e do PREVPAP) e informou que estão a acompanhar a situação e a utilizar toda a informação existente, disponibilizada pelas instituições e pelos investigadores.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que a aplicação do PREVPAP está a decorrer e o BE tem denunciado práticas abusivas. Enfatizou depois casos de não cumprimento da lei e de resistência e atraso das instituições e salientou que a própria FCT atrasou a abertura de concurso dos seus precários e deu um mau exemplo. Informou ainda que no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado terão em conta a atualização das bolsas, bem como dos apoios e subsídios.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que no âmbito do Orçamento do Estado poderão dar atenção à atualização das bolsas, a realizar anualmente e realçou que as instituições têm de cumprir os contratos de legislatura. Realçou a indicação do Presidente da FCT de que foram abertos 1.910 concursos (uma grande parte no final de agosto) e enfatizou que a

celebração dos contratos ainda demorará. Em relação à aplicação do PREVPAP, realçou o facto de as Comissões não reunirem e referiu que não se sabe se as carreiras especiais serão incluídas.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que no âmbito do Orçamento do Estado para 2018 apresentaram uma proposta para atualização das bolsas e para integração dos bolseiros que respondam a necessidades permanentes, mas as propostas não foram aprovadas por PS, PSD e CDS. Indicou depois que as instituições alegam subfinanciamento, que aliás é crónico, mas beneficiaram do trabalho com vínculo precário ao longo dos anos, não podendo agora voltar-se contra a parte mais fraca – os bolseiros. Informou ainda que o PCP continuará a intervir na matéria, a nível da apreciação do Orçamento do Estado e noutros âmbitos.

Na sequência das questões e das observações feitas, os representantes da ABIC indicaram o seguinte, em síntese:

1. Realçaram a unanimidade dos Grupos Parlamentares em relação à atualização das bolsas;
2. No âmbito da aplicação do PREVPAP, os bolseiros mais regularizados são os da FCT e vão para carreiras gerais;
3. Há algum boicote às regularizações em carreiras especiais;
4. As Comissões do PREVPAP não reúnem desde junho e não está marcada nova reunião;
5. Já foram celebrados cerca de 400 contratos e 42% são para docentes;
6. Em relação aos concursos de I&D, só está em curso o de 2017 e os respetivos contratos só serão celebrados em 2019;
7. Apela a que as bolsas aumentem de valor, para que seja preferível celebrar contratos a termo;
8. Solicitam a integração dos bolseiros na carreira de investigação.

A gravação está disponível na [página da audiência](#).

5. Discussão de Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 1778/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Respeito pelo tempo efetivo de trabalho dos docentes em horário incompleto
- [Projeto de Resolução n.º 1826/XIII/4.ª \(BE\)](#) - Reconhecimento do tempo de serviço de professores colocados em horários incompletos

Adiado a pedido do BE.

6. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

[Projeto de Lei n.º 962/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Extingue a Parque Escolar, E.P.E.

O parecer foi apresentado pelo relator, Deputado Pedro Alves (PSD), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. Recomendações do Parlamento dos Jovens Edição 2017/2018

O Presidente da Comissão e os Deputados Pedro Pimpão (PSD), Susana Amador (PS), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) apresentaram declarações políticas sobre as recomendações adotadas nas sessões nacionais do ensino básico e do ensino secundário na edição 2017/18, subordinada ao tema “Igualdade de Género”.

Está disponível a [gravação vídeo](#) das várias intervenções.

8. Discussão e aprovação do Relatório de Atividades da 3.ª Sessão legislativa

O Relatório de Atividades da Comissão respeitante à 3.ª Sessão Legislativa foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Requerimento do PCP para audição do Ministro da Educação sobre educação especial

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) fez a apresentação do requerimento, referindo que há crianças com necessidades educativas especiais sem o devido acompanhamento, na sequência da entrada em vigor do novo diploma sobre a matéria, tendo concretizado alguns casos.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) informou que também têm recebido queixas e indicou que concordava com a audição do Senhor Ministro.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) indicou que concordavam com a audição do Senhor Ministro, embora não concordassem com toda a fundamentação do requerimento, tendo em conta as informações obtidas em visitas realizadas a várias escolas.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) concordou com a audição, referiu que conhecem as questões levantadas pela aplicação do novo regime e indicou que querem que tudo corra bem nesse âmbito.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) corroborou que têm recebido várias queixas, que concretizou e defendeu que é importante saber qual o plano do Governo para a aplicação do novo diploma.

O requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

11. Data da próxima reunião

- 09 de outubro, 10h00 – Audição do MCTES, por requerimentos do PCP e do CDS-PP

A reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 de outubro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ilda Araújo Novo
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: